

A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político

Claudinei Magno Magre Mendes*

Resumo: Neste texto examinamos o procedimento da historiografia brasileira acerca do debate entre Caio Prado Jr. e o Partido Comunista Brasileiro, principalmente no que diz respeito às relações de natureza feudal ou semifeudal. A historiografia os contrapõe, considerando o intelectual paulista de um prisma positivo, ao passo que o Partido Comunista é considerado de uma perspectiva negativa. Todavia, ainda que distintas, suas interpretações da história do Brasil os aproximam no que diz respeito à questão do socialismo na medida em que elas o postergam para um futuro remoto. Assim, ao adotar como procedimento a contraposição entre ambos, a historiografia deixa de considerar aquilo que realmente os distinguia.

Palavras chave: Historiografia; Feudalismo; Caio Prado Júnior; Partido Comunista Brasileiro.

Abstract: In this article, we examine the procedure of Brazilian historiography about the debate between Caio Prado Jr. and the Brazilian Communist Party, especially with regard to the relationships of feudal or semi-feudal nature. The historiography put them on opposite sides, considering the intellectual from Sao Paulo from a positive outlook, while the Communist Party is considered from a negative one. However, although distinct, their interpretations of the history of the Brazil make them close in regards to the question of socialism, in that they postpone it to the remote future. Thus, by adopting the procedure of the opposition between both, the historiography fails to consider what really distinguished them.

Keywords: Historiography, Feudalism, Brazilian Communist Party.

Introdução

A historiografia brasileira relativa a Caio Prado Júnior tem, entre os seus procedimentos de análise, fazer uma comparação entre ele e o Partido Comunista Brasileiro, particularmente no que diz respeito às suas interpretações da história do Brasil. Seus estudiosos costumam destacar que, ainda que membro do Partido Comunista, este autor divergiu do modo como o processo histórico brasileiro era concebido pelos comunistas. É verdade que ele polemizou com o Partido Comunista em diversas oportunidades, ora aberta, ora veladamente, acerca dessa questão. Também é verdade que um estudo sobre Caio Prado não poderia prescindir do exame das suas relações com o Partido Comunista¹.

* Formado em História pela FFCL de Assis e Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da FCL/UNESP/Assis. E-mail: mendes.claudinei@gmail.com

¹ Para um estudo mais aprofundado da obra de Caio Prado vide nosso livro *Política e História em Caio Prado Júnior* (2008).

A questão não reside, no entanto, no fato de a historiografia brasileira considerar essas relações, mas no modo como a faz. Ela se vale da divergência entre Caio Prado e o Partido Comunista para colocá-los em posições diametralmente opostas. Com este procedimento, o intelectual paulista é considerado de uma perspectiva positiva, como um autor que concebeu o marxismo de forma criativa, adaptando-o às condições brasileiras — fala-se mesmo em ‘nacionalização do marxismo’². Ainda segundo a historiografia, isto teria lhe permitido elaborar uma interpretação da história do Brasil original, inovadora, estabelecendo mesmo os fundamentos para uma compreensão do processo histórico brasileiro, especialmente no que diz respeito à época colonial.

O Partido Comunista, por seu turno, colocado no extremo oposto, é encarado de maneira negativa, já que teria aplicado mecanicamente ao processo histórico brasileiro as teses da III Internacional para os países coloniais e semicoloniais³. Assim, os comunistas possuiriam uma concepção dogmática do marxismo, que resultou na formulação de uma interpretação esquemática e mecanicista da história do Brasil.

O debate entre Caio Prado e o Partido Comunista verificou-se, em grande medida, em torno da questão da existência ou não de relações feudais ou semifeudais no Brasil. De acordo com a interpretação dos comunistas, todos os países atravessariam as cinco etapas formuladas por Marx: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo e, por fim, o socialismo (SODRÉ, 1967, p. 4). Ainda de acordo com essa formulação, o Brasil estaria na fase de superação das relações de natureza feudal ou semifeudal que se constituíam em verdadeiros entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo.

Em diversas oportunidades, Caio Prado criticou essa interpretação, questionando a existência de relações de natureza feudal ou semifeudal em solo brasileiro. Propôs, em troca, uma interpretação da história do Brasil que expôs em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* e que manteve em toda a sua trajetória política e intelectual⁴.

² Segundo Ricupero (2000, p. 29 e p. 31), Caio Prado seria sido um caso bem sucedido de nacionalização do marxismo. Refere-se, também, a uma notável e pouco comum utilização da abordagem marxista na análise da história do Brasil.

³ Diga-se de passagem, esta era uma das críticas que Caio Prado fazia ao Partido Comunista e que a historiografia assimilou acriticamente. Vide, por exemplo: Santos (1996, p. 43)

⁴ Ainda que a elaboração mais acabada apareça no livro de 1942, Caio Prado já havia esboçado essa interpretação nos artigos que escreveu em 1935 para defender o programa da ANL (PRADO JR., 1935).

De um modo geral, à época do debate e, posteriormente, os estudiosos examinaram-no, de um modo geral, pelo prisma dos conceitos, procurando estabelecer as características do feudalismo segundo a perspectiva marxista, para, então, afirmar pela existência ou não de relações sociais desta natureza. Assim, basicamente, essas análises giraram em torno de questões de natureza teórica. Em nosso texto, procuraremos mostrar que o exame dessas interpretações da história do Brasil e das suas conseqüências deve ser de natureza política e não teórica.

Ressalte-se não ser nossa intenção retomar uma antiga polêmica, até mesmo pelo fato dela ter perdido, há muito tempo, sua razão de ser. Pretendemos aqui, analisando a historiografia, indicar que seus procedimentos impedem a compreensão das razões que levaram tanto o Partido Comunista como Caio Prado formular suas interpretações. Também é nosso objetivo assinalar que essas interpretações não derivam das suas concepções de marxismo, mas, sim, do modo como esse partido e o intelectual paulista se colocaram diante das questões então postas à sociedade. Inclusive, examinando-os desta perspectiva, verifica-se que a contraposição entre eles não é tão absoluta como pretende a historiografia. Com efeito, ainda que existam diferenças entre ambos, há, sob certos aspectos, aproximações e concordâncias nem sempre apreendidas pela historiografia.

1. Questões Teóricas

Na base da comparação entre Caio Prado e o Partido Comunista encontram-se algumas formulações de natureza teórica e metodológica que precisam ser ressaltadas. Em primeiro lugar, temos o postulado de que seria uma dada compreensão do marxismo que conduziria a uma determinada maneira de conceber a história do Brasil. Assim, Caio Prado teria uma concepção heterodoxa do marxismo, ao passo que Partido Comunista possuiria uma visão ortodoxa dessa doutrina. Em virtude disso, o historiador paulista formulou uma interpretação da história do Brasil bastante sugestiva, ao passo que o Partido Comunista nada fez senão aplicar um esquema interpretativo que havia sido elaborado para explicar, basicamente, o processo histórico dos países europeus. Alguns estudiosos observam que próprio Caio Prado não esteve imune a uma perspectiva ortodoxa do marxismo. Ela se manifestaria em no seu livro inaugural, *Evolução política do Brasil*, de 1933, mas teria sido corrigida na obra

seguinte, *Formação do Brasil contemporâneo*⁵. Os estudiosos não se preocupam, no entanto, em apontar as razões porque uns teriam uma concepção ortodoxa e outros uma concepção heterodoxa da doutrina marxista. A nosso ver, a própria concepção de marxismo é uma questão de natureza política. Assim, a maneira como um autor se coloca diante das questões da sua época leva-o a conceber determinada doutrina de dada maneira.

Em segundo lugar, ao contrário do que supõem autores como Laclau (2005, p. 23), não é a interpretação da história do Brasil que conduz a determinado posicionamento político no presente e, por isso mesmo, a dada proposta política ou encaminhamento de natureza prática⁶. Antes, é a maneira como um autor se coloca diante das questões da sua época que faz com que conceba o passado de determinada maneira. É verdade que, de um modo geral, os autores têm a ilusão de que é a interpretação ou estudo do passado que os conduz a dada proposta no presente. É o caso, por exemplo, de Caio Prado e Sodré, que afirmam que foram ao passado com vistas a iluminar o presente (PRADO JR., 1981, p. 12-13; SODRÉ, 1967, p. IX). Os próprios estudiosos da historiografia compartilham dessa ilusão, afirmando, por exemplo, que se vai ao passado para entender o presente. Também é verdade que, após se ter formulado dada interpretação da história do Brasil, faz-se derivar dela determinada proposta política. Desse modo, as coisas se passam como se a proposta derivasse da interpretação. A própria interpretação, no entanto, já constitui a expressão de uma maneira particular de quem a elabora colocar-se diante das questões da sua época⁷.

⁵ Alguns autores, em diversos graus simpáticos ao Partido Comunista, costumam observar que o estoque de categorias marxistas utilizadas por Caio Prado era pequeno, questionando-se, com isso, seu marxismo. Mas, segundo nosso ponto de vista, a compreensão do marxismo não deriva de questões de natureza pessoal ou mesmo de formação. Aliás, diga-se de passagem, aqueles que observam que o estoque de categorias marxistas de Caio Prado era reduzido não se aventuram explicar as razões disso.

⁶ Esta concepção é compartilhada por muitos autores. Vide, por exemplo, Faleiros (1989, p. 143): “As propostas — que continham diferentes vias para o desenvolvimento e meios de ação — decorriam da diversidade nas interpretações sobre a natureza da sociedade brasileira.”

⁷ De um modo geral, os estudiosos de dado autor resumem suas proposições sem questioná-las. Assim, indicam que compartilham da visão do autor estudado: “No prefácio do livro *Formação histórica do Brasil*, Sodré afirma que a motivação para o estudo das raízes da nossa história era a compreensão do momento presente, buscar no passado de nossa história elementos que lançassem uma luz sobre os dilemas contemporâneos, já que sua sombra ainda se projetava sobre o presente” (SILVA, 2006, p. 103).

Do mesmo modo, por fim, não se pode supor que tenha sido dada concepção do marxismo que levou os autores a conceberem o passado de determinado modo. Por exemplo, o fato de o Partido Comunista afirmar pela existência de relações de natureza feudal ou semifeudal, o que conduzia à conclusão da necessidade de uma revolução democrático-burguesa, fase anterior e necessária ao estabelecimento do socialismo, não deriva da sua concepção mecanicista do marxismo. Também não se explica por ser uma simples aplicação das teses da III Internacional. Sob este aspecto, é elucidativa uma passagem de Gunder Frank. Após citar um trecho de Sodré onde este afirma: “Assim, pois, a conclusão a que chegamos pelo exame da realidade é que o Brasil começou sua existência colonial sob o sistema de produção escravista”, Gunder Frank observa: “O exame de outros trechos da exposição de Sodré sugere que, longe de ter tirado essa conclusão do ‘exame de realidade’, chegou a ela, certamente, pela aplicação mecânica ao Brasil da tese de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo na Europa” (GUNDER FRANK, 2005, p. 41).

Assim, pelo que foi exposto, o modo como a ‘realidade’ é concebido é dado pelo posicionamento político do autor. Não existe uma realidade pura à qual um autor, munido de uma teoria, a aborde, fazendo uma interpretação dela. A abordagem da denominada ‘realidade’ é sempre mediada pela política. Em suma, tanto a concepção que o Partido Comunista tinha do marxismo como sua interpretação da história do Brasil derivam, insistindo, do seu posicionamento diante das questões do presente⁸.

Resta, pois, expor o que se entende por ‘posicionamento diante das questões do presente’. No caso vertente, a grande questão que se colocava à sociedade era a questão do socialismo. Todos, intelectuais e partidos, para mencionar apenas os segmentos que estão sendo analisados, tinham que dar uma resposta a esta questão. Assim, ao tratar das interpretações da

⁸ Bresser (1997, p. 17) oferece uma teorização sobre a relação entre a produção intelectual e o processo histórico: “A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira são naturalmente dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais tentam analisar (e orientar) a sociedade, interpretando-a, mas nesse processo são condicionados por essa própria realidade, que reflete o estágio de desenvolvimento do país, os interesses de classe envolvidos e a forma de inserção do país na economia capitalista internacional, e influenciados pelas ideologias e teorias econômicas vigentes no mundo desenvolvido.” Todavia, a formulação de que os intelectuais seriam condicionados pela realidade em que vivem dá-lhes um aspecto de passividade. Há, na verdade, um aspecto ativo nas suas formulações, já que decorrentes do posicionamento destes diante das questões colocadas em sua época.

história do Brasil de Caio Prado e do Partido Comunista e do modo como concebiam o marxismo é necessário relacioná-los ao modo como se colocavam diante do socialismo.

2. O debate entre Caio Prado e o Partido Comunista Brasileiro

O ponto alto do debate entre Caio Prado e o Partido Comunista Brasileiro verificou-se na década de 1960, após o autor publicar na *Revista Brasiliense* vários artigos sobre a questão agrária, culminando com seu livro *A revolução brasileira*, de 1966⁹. Antes dessa década, verificaram-se algumas polémicas entre este autor e o Partido. É verdade que elas não se estenderam, desdobrando-se em réplicas e trélicas. Ao que parece, tanto por parte de um como de outro, houve um cuidado em não se levar adiante as discussões. Exemplo disso é o texto de Caio Prado, de 19/04/1947, intitulado ‘Fundamentos econômicos da revolução brasileira’, publicado n’*A Classe Operária* (PRADO JR., 1947)¹⁰. Nele, o autor critica as teses do IV Congresso do PCB, que deveria ser realizado em 1948, mas que somente se verificou em 1954 (RICUPERO, p. 214). O texto recebeu duas críticas, ambas também publicadas n’*A Classe Operária*. A primeira, imediatamente após a publicação do texto de Caio Prado, de Rui Facó, ‘Um falso conceito da revolução brasileira’, publicada em 26/04/1947. A segunda, de Ivan Pedro Martins, ‘Sobre um artigo do camarada Caio Prado Jr.’, datada de 04/05/1947. Ao que parece, nenhum dos dois artigos mereceu uma resposta de Caio Prado.

Também autores como Nelson Werneck Sodré (1962) e Alberto Passos Guimarães (1963), cada um ao seu modo, escreveram obras no sentido de reafirmar a interpretação do Partido Comunista da história do Brasil. Ao que parece, são livros que tinham, entre outros objetivos, defender o Partido das críticas que lhe eram feitas, especialmente por parte Caio Prado¹¹. É verdade que Sodré era o responsável pelo Curso de

⁹ Entre 1960 e 1962, Caio Prado publicou na **Revista Brasiliense** quatro artigos sobre a questão agrária. No artigo de março/abril de 1960, “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, Caio Prado contesta o caráter feudal da agricultura brasileira. Em janeiro/fevereiro de 1964, Caio Prado publicou o artigo “Marcha da questão agrária no Brasil”, no qual reafirma o significado e a importância da legislação rural-trabalhista “[...] e sua efetiva aplicação para a solução do problema agrário e a reforma de nossa economia rural” (PRADO JR., 1981, p. 161).

¹⁰ De acordo Santos (1996, p. 23), desde muito cedo Caio Prado afirmou suas divergências com o PCB, reportando, ao menos, ao texto de 1947.

¹¹ Intelectuais ligados ao PCB publicaram textos na década de 1960, nos quais reafirmavam que o campo brasileiro possuía caráter feudal. Veja-se Facó (1980, p. 5), que se vale do conceito “latifúndio feudal”;

Formação Histórica do Brasil, ministrado no ISEB, desde a sua criação, em 1956. Esse curso teria sido a base para a elaboração do livro. Com isso, pode parecer que a publicação do livro não foi em função das críticas que então eram feitas, principalmente nas páginas da *Revista Brasiliense*. No entanto, pelo conteúdo das obras de Sodré e Guimarães, acreditamos que a publicação desses livros decorreu das críticas que então eram feitas ao Partido Comunista pelo intelectual paulista.

No debate entre Caio Prado e o Partido Comunista procurou-se estabelecer o entendimento de feudalismo, apoiando-se, fundamentalmente, no marxismo. Assim, no seu texto ‘Fundamentos’, ainda que de forma indireta, Caio Prado expõe seu entendimento de feudalismo. Por feudalismo, este autor entende “[...] um tipo de organização social [...]” que se diferenciava da economia brasileira no que diz respeito ao seu caráter mercantil:

[...] a economia brasileira, desde seu início (isto é, desde que se organizou a colonização do Brasil) foi essencialmente mercantil, isto é, fundada na produção para o mercado, o que é mais, para o mercado internacional. E é este traço que precisamente caracteriza a economia colonial brasileira. É o reverso portanto do que ocorre na economia feudal, cuja decadência e desintegração começam justamente quando nela se insinua o comércio, precursor do futuro capitalismo (PRADO JR., 1947, p. 4).

Um pouco mais adiante, Caio Prado reafirma que a principal característica do feudalismo era a não-mercantilização dos produtos do trabalho, já que, em contraposição a ele, no Brasil, desde o início da sua formação, se constituiu uma organização econômica destinada ao abastecimento do comércio internacional. De acordo com este autor, este seria o caráter inicial e geral da economia brasileira que se perpetuou, com pequenas variantes, até a época em que escrevia seus textos. Completa:

[O Brasil] Não é assim uma economia feudal, nem “relações feudais de produção” que representam a primeira etapa da evolução histórica brasileira. É uma organização econômica que poderíamos designar por ‘colonial’, caracterizada pela produção de gêneros alimentares e matérias primas destinados ao comércio internacional e fundada (em seu setor agrícola que é o principal) no *sistema de plantação*, isto é, num tipo de

exploração em larga escala que emprega o trabalho escravo (PRADO JR., 1947, p. 4)¹².

Posteriormente, em 1966, no livro *A revolução brasileira*, Caio Prado caracteriza o feudalismo por outro ângulo, assinalando que, em sua base, encontramos a exploração parcelaria do solo:

O que nesse particular [natureza das relações de trabalho e produção] essencialmente caracteriza o feudalismo tal como o encontramos na Europa medieval, e como nos seus remanescentes ainda subsistia na Rússia tzrista de fins do século passado e princípios do atual [...] o que caracteriza esse feudalismo é a ocorrência na base do sistema econômico-social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelaria da terra pela massa trabalhadora rural. Economia camponesa essa a que se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática, ou substituindo-se a essa aristocracia. Essa classe privilegiada e dominante explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, e que se configuram e realizam sob a forma de relações de dependência e subordinação *pessoal* do camponês (PRADO JR., 1966, p. 43)¹³.

Deve-se assinalar que tanto Sodré como Guimarães procuraram, em seus livros, flexibilizar a interpretação do Partido Comunista, destacando que o feudalismo no Brasil possuía características próprias e, por conseguinte, não se poderia esperar encontrar aqui as mesmas feições que ele possuía na Europa. Consideremos, por conseguinte, suas concepções de feudalismo e o modo como as aplicaram na situação brasileira.

Em *Formação histórica do Brasil*, Sodré formulou sua tese de ‘regressão feudal’, que daria origem ao feudalismo brasileiro. Ela se encontra no capítulo ‘Escravidão e Servidão’, onde Sodré expôs como teria

¹² Comentando o texto de 1947, Santos (1996, p. 23) observa: “Assim, precocemente, Caio Prado Jr. insiste em distinguir o ‘caráter geral da colonização brasileira’ da enfudação clássica baseada na sobreposição de uma classe a uma estrutura social”

¹³ Nas páginas seguintes, Caio Prado prossegue em sua comparação entre a sociedade e a economia formadas por meio da colonização e a economia feudal, inclusive como se apresentava na Rússia tzrista. Insiste o autor que o fundamental na caracterização do feudalismo é a presença de uma economia camponesa e a “[...] exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada individualmente e tradicionalmente por camponeses, isso é, pequenos produtores” (PRADO JR., 1966, p. 45).

se processado o surgimento de relações de servidão ou semi-servidão. Com a crise do escravismo, de acordo com este autor, diante da grande disponibilidade de terras existente no Brasil, o processo histórico caminhou em duas direções: de um lado, a transição do trabalho escravo para o livre, que caracteriza como *avanço*; de outro, que define como *atraso* ou *regressão*, o trabalho escravo evoluiu para a servidão. Como destaca, “[...] o modo escravista está sendo corroído pelas duas extremidades” (SODRÉ, 1967, p. 248). Acerca deste último processo, observa que, nos espaços vazios, verificou-se uma “[...] invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores que estabelecem as suas roças de mera subsistência e que permanecem, no conjunto, ausentes do mercado.” Conclui: “Trata-se de um quadro feudal inequívoco” (SODRÉ, 1967, p. 248)¹⁴.

Alberto Passos Guimarães, por seu turno, tem a preocupação, em sua obra *Quatro séculos de latifúndio*, de caracterizar seu entendimento de feudalismo ou regime feudal, conceitos empregados por ele. É verdade que, em algumas passagens, deixa entrever que, no seu modo de ver, o feudalismo era uma economia natural, que o comércio ou a atividade mercantil teriam desagregado (GUIMARÃES, 1977, p. 25). Guimarães teve, no entanto, que adaptar a teoria clássica do feudalismo à situação particular do Brasil. Assim, após descrever o processo de constituição dos latifúndios que teriam ficado nas mãos dos fidalgos (GUIMARÃES, 1977, p. 24), diante da presença de escravos, ao invés do servo da gleba, este autor observa que o monopólio feudal da terra teria imposto soluções específicas para os problemas que enfrentou. Afirma, por isso, que, no Brasil, “[...] o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo [...]” (GUIMARÃES, 1977, p. 29).

Assim, cada autor procurou expor, cada um a seu modo, seu entendimento de feudalismo, insistindo que não estavam simplesmente reproduzindo aquilo que se passara na Europa, mas buscando as especificidades da história do Brasil. Assim, não se pode insistir nos aspectos teóricos para examinar e comparar as diferentes interpretações da história do Brasil. É necessário levar em conta seus aspectos políticos. Pode-se, com isso, por em destaque o papel político por elas desempenhado.

¹⁴ Ainda no livro **Formação**, Sodré expõe, no início, seu entendimento de feudalismo. Trata-se de uma concepção tradicional dentro do marxismo. Por ser longa sua explicação da gênese e das principais características do feudalismo, deixaremos de comentá-la (SODRÉ, 1967, p. 7 e segs.).

3. Caio Prado Júnior e o Partido Comunista Brasileiro: aproximações e distanciamentos

Como foi assinalado, o procedimento da historiografia ao estabelecer uma contraposição entre Caio Prado e o Partido Comunista constitui um impeditivo para encontrar, entre outras coisas, os pontos em comum entre as suas posições políticas. Com efeito, ao se colocar Caio Prado e o Partido Comunista em posições diametralmente opostas, parece não existir nenhum ponto de contato entre suas formulações e propostas políticas. Todavia, ainda que as relações entre eles fossem tensas, com críticas de ambas as partes, em última análise, havia coincidências que não foram assinaladas e que merecem ser consideradas.

Ao postular pela existência de relações de natureza feudal ou semifeudal, o Partido Comunista colocava em prática uma política de caráter reformista (Declaração, 1980, p. 5). A afirmação da existência de relações dessa natureza levava à conclusão da necessidade de uma etapa intermediária entre o presente e o futuro socialista. Assim, em decorrência dessa formulação, postulava-se a necessidade de uma revolução democrático-burguesa para remover os obstáculos que impediam o desenvolvimento do capitalismo para, aí sim, num futuro mais ou menos remoto, propor a revolução socialista. Na Declaração de março de 1958, afirma-se que a sociedade brasileira encerrava a contradição entre o proletariado e a burguesia. Esta se expressava nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. O documento, no entanto, acrescenta: “Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo” (Declaração, 1980, p. 13). Em seguida, conclui-se que a revolução no Brasil não era ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática (Declaração, 1980, p. 13)¹⁵.

Também Caio Prado, ao postular que a superação do caráter colonial da economia brasileira dar-se-ia pelo estabelecimento de uma economia nacional, colocava em prática uma política reformista, que se consubstanciava na idéia de que era preciso, antes de se propor o socialismo, cumprir uma etapa intermediária. Segundo este autor, dever-se-

¹⁵ Ainda que Pinto (2011, p. 153) defenda a tese de que o *modelo explicativo* de Sodré advenha da sua experiência no ISEB, não se tratando, portanto, de um endosso das teses importadas da III Internacional, isso não modifica o fato de, com sua interpretação da história do Brasil, ter defendido uma política reformista que afastava o socialismo do horizonte político.

ia lutar pelo estabelecimento de uma forma de organização econômica, a economia nacional.

Assim, Caio Prado elabora uma interpretação da história do Brasil que tinha como objetivo, consciente ou não, retirar a luta pelo socialismo do horizonte político brasileiro. Faz isso afirmando que a linha mestra do processo histórico do Brasil era a transição da economia colonial para a economia nacional. Muitos autores afirmaram que a luta deste autor era no sentido de constituição da nação. Todavia, ele deixa claro o que entendia por economia nacional: em oposição à economia colonial, caracterizada pela produção voltada para o mercado externo, com o objetivo de atender necessidades alheias, a economia nacional consistia em uma produção voltada para o atendimento das necessidades da população nela envolvida. Em diversas ocasiões, este autor caracteriza-a como produção para o mercado interno. Assim, nem Caio Prado era um autor revolucionário, como pretende, de um modo geral, a historiografia, nem escreveu seus textos com intenções revolucionárias (SANTOS, 2007, p. 17; ANTUNES, 1987)¹⁶.

Ainda que Caio Prado e o Partido Comunista possuíssem, na prática, posições políticas muito próximos, ambos buscando formular interpretações da história do Brasil que postulassem a necessidade de postergar para um futuro mais ou menos remoto a luta pelo socialismo, existem diferenças entre eles que precisam ser assinaladas.

Ainda que Caio Prado e o Partido Comunista compartilhassem, em última análise, da mesma posição política ao elaborarem interpretações da história do Brasil que fundamentavam suas posições reformistas, ambos divergiam em aspectos fundamentais. Daí as relações tensas entre eles e as críticas que um endereçava ao outro.

A diferença que parece fundamental, ao que tudo indica, reside na maneira como ambos encaravam o capitalismo. O Partido Comunista considerava o capitalismo uma etapa necessária para o desenvolvimento das forças produtivas e, por isso mesmo, considerava-o de uma perspectiva positiva.

Caio Prado é partidário de uma tendência que se divisava na Europa desde a segunda metade do século XIX quando o marxismo e o movimento socialista estavam em ascensão. Não bastava simplesmente

¹⁶ Convém assinalar que, em nenhum momento, estudiosos e críticos que se ocuparam deste autor e do partido estabeleceram uma relação entre o posicionamento político diante do socialismo e a interpretação da história do Brasil. Santos (1996, p. 22) explica a tese da feudalidade em Sodré como decorrência dele autor ter se referenciado pelo paradigma clássico do marxismo. Caio Prado, por seu turno, seria um autor revolucionário, motivo pelo qual teria feito uma interpretação voltada para a revolução brasileira.

combatê-los. Era preciso, antes de tudo, de eliminar as condições da sua força, ou seja, era necessário reformar o capitalismo e, com isso, impedir ou atenuar os conflitos para que não descambassem para a luta de classes e para a radicalização, o que beneficiariam apenas os setores revolucionários do movimento operário. Desse modo, por conta da oposição ao socialismo nasce uma posição política anticapitalista.

Caio Prado insistia que o socialismo era uma proposta prematura diante das condições existentes no Brasil. Além dessa formulação constituir o ponto de partida das suas considerações, é dito explicitamente no livro de 1954 *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Nessa obra também afirmou que o capitalismo era uma proposta extemporânea nas condições em que se encontrava a economia capitalista desde finais do século XIX. A seu ver, o caráter trustificado da economia mundial constituía um impeditivo de o Brasil tornar-se um país capitalista. Disso se depreende que se equivocam tanto os autores que afirmam que, para Caio Prado, a colonização possuía natureza capitalista, quanto aqueles que postulam que este autor defendia uma espécie de capitalismo nacional (MANTEGA, 2002, p. 152-153).

Considerações Finais

À primeira vista, uma retomada do debate entre Caio Prado e o Partido Comunista Brasileiro parece ser extemporânea, dado que se trata de uma polêmica datada. Todavia, nosso intuito não foi analisar este debate, mas, antes de tudo, procurar compreender o papel desempenhado por Caio Prado e sua interpretação da história do Brasil na política nacional. Comumente, a historiografia relativa a ele caracteriza-o como um autor que abraçou o marxismo, tornou-se comunista e, por isso mesmo, desempenhou um papel revolucionário em nossa história. De um modo geral, ele é caracterizado como um autor revolucionário.

Para valorizar o papel de Caio Prado, a historiografia o contrapõe com as teses do Partido Comunista Brasileiro acerca do Brasil, especialmente na questão acerca da existência de relações de natureza feudal ou semifeudal no Brasil. A historiografia vale-se das teses do Partido Comunista da existência dessas relações para comprovar seu caráter esquemático, mecanicista e dogmático. Todavia, caso não se recorrer de antemão à dicotomia entre o autor e o partido pode-se verificar que, sob certos aspectos, havia pontos em comum entre ambos.

O ponto em comum que os aproxima é o fato de combaterem o socialismo, cada um com uma interpretação distinta, mas, cujo objetivo era postergar a questão da revolução para um futuro distante e incerto. A

historiografia acabou por esconder essa questão ao centrar sua análise no debate em torno da existência de relações de natureza feudal ou semifeudal no Brasil ao tratá-la como uma questão teórica ou metodológica e não política.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Caio Prado Jr.: um intelectual revolucionário. **Nova Escrita Ensaio**, São Paulo, Ano IV, n.º. 10, p. 121-136, 1987.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. In: **PCB: vinte anos de política. 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: LECH, 1980.

FACÓ, Rui. Um falso conceito da revolução brasileira. **Jornal A Classe Operária**, 26/04/1947, São Paulo, p. 5.

FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agrário (1961). In: MARIGHELA, Carlos et alii. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. Uma visita necessária. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e Ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUNDER FRANK, Andre. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. O debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LACLAU, Ernesto. Feudalismo y capitalismo en América Latina. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et alii. **Modos de producción en América Latina**. 13ª edição. México: Siglo XXI, 2005.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2ª edição revista. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; USP; Imprensa Oficial, 2002.

- MARTINS, Ivan Pedro. Sobre um artigo do camarada Caio Prado Jr. **Jornal A Classe Operária**, 04/05/1947, São Paulo, p. 3.
- MENDES, Claudinei Magno Magre. **Política e história em Caio Prado Júnior**. São Luís/MA: UEMA, 2008.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Interpretações do Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- PINTO, João Alberto da Costa. Nacionalismo e história em Nelson Werneck Sodré (1911-1999). **Revista Espaço Acadêmico**, n.º 119, p. 151-163, abril 2011.
- PRADO JR., Caio. O Programa da Aliança Nacional Libertadora. **Jornal A Platéia**, São Paulo, [25, 26, 29, 30, 31] julho; [1.º, 2 e 3] agosto de 1935.
- PRADO JR., Caio. Fundamentos econômicos da revolução brasileira. **Jornal A Classe Operária**, São Paulo, 19/04/1947, p. 4 e 6.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: USP/FAPESP; Editora 34, 2000.
- SANTOS, Raimundo (org.). **Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SILVA, Lígia Osório. A herança colonial e as lições de história em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré. Entre o sabre e a pena**. São Paulo: FAPESP, UNESP, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1967.

*Received on August 1, 2012.
Accepted on November 29, 2012.*